

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



**Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão**



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
(MP)**

EXERCÍCIO 2010

ANO BASE 2009

**Brasília
2010**

ÍNDICE

Apresentação

Sumário Executivo

Avaliação Setorial

Avaliação dos Programas Finalísticos

Informações Estatísticas e Geocientíficas

Inclusão Digital

Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

APRESENTAÇÃO

A avaliação de políticas e programas vem se constituindo em uma das principais ferramentas gerenciais para conferir maior qualidade ao gasto público e melhorar os resultados da ação governamental. Contribui para o fortalecimento da cultura de gestão por resultados na Administração Pública, estimulando a reflexão a respeito do desempenho dos programas.

A Avaliação Anual é parte fundamental do modelo de gestão do Plano Plurianual (PPA) e tem como objetivo contribuir para análise quanto aos resultados previstos nos programas e as suas contribuições para o alcance dos Objetivos Setoriais e de Governo, como um meio do aperfeiçoamento contínuo da gestão de programas, que proporciona maior eficácia na alocação de recursos no PPA e nos orçamentos da União.

Em cumprimento ao disposto no art. 19 da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008/2011, e no Decreto nº 6.601, de 10 de outubro de 2008, que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborar a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas finalísticos sob sua responsabilidade. Essa Avaliação versa sobre os resultados provenientes da implementação dos programas finalísticos do Ministério do Planejamento, em consonância com seus objetivos setoriais, apresentando os principais resultados, a evolução dos indicadores e os demonstrativos financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais, conferindo maior transparência em relação à aplicação dos recursos públicos federais. Apresenta, também, a execução financeira dos programas de apoio às políticas públicas e áreas especiais, no âmbito do MP. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando, assim, informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

O relatório que se segue é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes de programas, equipes técnicas e Secretaria Executiva, com o apoio da Unidade de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2009, do total previsto para a execução de todas as **ações** sob responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, incluídas, também, as ações de programas multissetoriais, foram utilizados **R\$ 3.207.482.967,90**, aproximadamente 68% dos recursos autorizados na Lei Orçamentária anual (LOA), de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 4.723.132.378,00	Empenho Liquidado:	R\$ 3.207.482.967,90
	Pago Estatais:	R\$ 0,00
	Total:	R\$ 3.207.482.967,90
Previsto não-orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

Do total previsto na LOA para os **programas** sob a responsabilidade do MP, de R\$ 3.377.406.805,00, incluídos os programas multissetoriais, foram executados 65,58%, correspondendo a R\$ 2.214.922.750,96, sendo que 91,82% destes recursos, equivalentes a R\$ 2.033.893.258,58, foram aplicados nos Programas finalísticos. Os percentuais dos valores realizados por programa estão abaixo distribuídos:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2009		
		Previsto	Realizado*	%
Finalístico	0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	1.459.356.292,00	987.793.373,00	67,699
	0794 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	58.532.030,00	27.512.897,46	47,000
	0796 Informações Estatísticas e Geocientíficas	1.127.633.887,00	977.868.462,35	86,722
	1008 Inclusão Digital	230.199.128,00	40.718.525,77	17,699
	Finalístico (total)	2.875.721.337,00	2.033.893.258,58	70,733
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0798 Compras Governamentais	39.850.000,00	32.464.636,25	81,477
	0801 Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública	29.229.682,00	27.235.126,44	93,188
	0802 Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União	60.164.223,00	15.190.132,97	25,255
	1003 Gestão da Política na Área de Planejamento	27.861.264,00	12.726.229,48	45,688
	1054 Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público	265.995.001,00	63.106.175,94	23,722
	1088 Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública	63.842.750,00	25.116.975,66	39,343
	8002 Governo Eletrônico	14.742.548,00	5.190.215,63	35,211
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais (total)	501.685.468,00	181.029.492,37	36,080
	Total Global	3.377.406.805,00	2.214.922.750,95	65,588

(*) Valores executados (liquidados) em 2009. No caso de programas multissetoriais, são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos.

Relatório Anual de Avaliação

Programas	Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Apurado em 2009		Índice previsto para o final do PPA (2011)
		Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração	
0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	Taxa de Variação das Transações das Instituições Financeiras Oficiais - %	Não apurado	Não informada	92,43	Não informada	Não apurado
0794 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	Taxa de Crescimento da Arrecadação Patrimonial - %	100,00	31/12/2006	175,54	04/2009	146,29
	Número de famílias atendidas anualmente em ações de inclusão sócio-territorial - UNIDADE	132.770,00	30/09/2006	32.397,00	04/2009	80,00
0796 Informações Estatísticas e Geocientíficas	Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatística e Geocientíficas - PERCENTAGEM	23,00	03/04/2000	2,14	01/2010	9,65
	Taxa de Divulgação de Pesquisas – PERCENTAGEM(*)	Não apurado		Não apurado		Não apurado
0801 Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública	Número de Horas de Capacitação Realizadas - Hora	576.047,00	31/12/2006	917.337,00	01/2010	570.000,00
	Número de Servidores Capacitados - UNIDADE	20.379,00	31/12/2006	34.332,00	01/2010	21.500,00
	Número de Servidores Capacitados por meio de Destaques Orçamentários - UNIDADE	2.230,00	31/12/2006	602,00	01/2010	2.300,00
	Número de Downloads Realizados no Site da ENAP - UNIDADE	101.896,00	31/12/2006	206.982,00	01/2010	115.000,00
1008 Inclusão Digital	Taxa de acesso individual à internet nos últimos 3 meses - %	27,82	07/01/2006	39,00	10/2009	48,90

(*) O indicador foi excluído, por ser inadequado à correta avaliação da divulgação dos trabalhos do IBGE.

AVALIACÃO SETORIAL

Principais Resultados

Os resultados obtidos com a execução do conjunto de programas do Ministério do Planejamento mostraram-se aderentes às Orientações Estratégicas definidas para o período do PPA 2008-2011, e aos Objetivos setoriais do MP.



De forma a “**Conduzir um processo de planejamento participativo, integrado ao orçamento e à gestão**”, foi desenvolvido o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento/SIOP, que unifica o Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento/SIGPLAN, o Sistema Integrado de Dados Orçamentários/SIDOR e o Sistema Integrado das Empresas Estatais/SIEST. Foi elaborado relatório de avaliação do PPA - Dimensão Estratégica do Plano Plurianual e desenvolvidos estudos que viabilizaram a elaboração do Guia Metodológico e do Guia de Referência para a construção de indicadores de programas e iniciados trabalhos de construção da Matriz de Sustentabilidade para os Estados. Com o impacto da crise na arrecadação de receitas e as desonerações, o MP promoveu uma revisão geral no Orçamento da União e reduziu as despesas discricionárias a fim de manter o orçamento equilibrado. A meta de superávit primário foi alterada como medida anticíclica para enfrentar a crise financeira mundial o que reduziu o ritmo de crescimento previsto de 4,5% do PIB para 1%.

Com vistas a “**Democratizar as relações de trabalho no âmbito do Governo Federal e desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade do governo na gestão das políticas públicas**”, foi mantido diálogo permanente com a categoria, por meio de mesas de negociação e grupos de trabalho, para a regulamentação dos critérios de desenvolvimento do servidor nas carreiras, bem como das gratificações de desempenho de diversas categorias previstas nas leis que reestruturaram as carreiras de todo o serviço público. Foram criadas novas carreiras e reestruturadas mais de 200, com ganhos para os servidores. Mais de 70% dos 13 mil trabalhadores terceirizados já foram substituídos. Os concursos públicos na esfera federal passaram a contar com uma única legislação e foram autorizados concursos para o preenchimento de 31.702 vagas. Como forma de profissionalização de servidores públicos federais, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos na Administração Pública Federal, que contou com 1.054 participantes, além da realização de cerca de 30 mil capacitações nas áreas de desenvolvimento gerencial e de formação profissional.

Com o objetivo de “**Promover a gestão pública eficiente e efetiva, com vistas a tornar a administração pública: ética, transparente, participativa e descentralizada**” foi instituída a Carta de Brasília que ganhou a adesão do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração e do Movimento Brasil Competitivo. O ano de 2009, declarado “Ano Nacional da Gestão Pública”, foi marcado pela realização do 1º Fórum Nacional e pelo lançamento do Portal da Gestão Pública (www.gespublica.gov.br). Em relação ao Atendimento ao Cidadão, foi editado decreto que dispensa reconhecimento de firma em documentos oficiais e impede órgãos do Poder Executivo Federal de exigir do cidadão informações que já tenha e instituída a Carta de Serviços ao Cidadão, contendo compromissos dos órgãos públicos com a qualidade no atendimento aos usuários. No apoio à melhoria da Gestão de Estados e Municípios, foram apresentados aos prefeitos o “Catálogo das Iniciativas Federais para os Municípios” e o “Guia Básico de Gestão Municipal”.

Para “**Promover a gestão dos recursos de informação e informática, democratizando o acesso às informações e tecnologias**”, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação, foram implantados quinhentos novos telecentros comunitários para o acesso da população carente às novas tecnologias de informação e comunicação e a qualificação para o mercado de trabalho. Foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas comunidades/Telecentros.BR e capacitados 13 mil agentes multiplicadores para os projetos de Inclusão Digital. Foi inaugurado mais um Centro de Recondicionamento de Computadores/CRC, em Recife/PE, agregando-se aos quatro já existentes. Os centros receberam 20.375 computadores usados para serem recondicionados, dos quais foram aprovados para doação 4.710, beneficiando 381 escolas públicas, bibliotecas, telecentros comunitários e outros projetos de inclusão digital. Foram sistematizados, no Observatório Nacional de Inclusão Digital/ONID, cerca de 6,5 mil cadastros de unidades de telecentros de todo o país. No que diz respeito aos avanços na gestão dos recursos de tecnologia da informação, foi expandida a rede INFOVIA Brasil, conectando catorze novos prédios do Governo Federal, em Brasília, interligando mais vinte pontos. Somente no Serviço de Voz, houve uma economia superior a R\$ 16 milhões, em ligações telefônicas originadas em 21 órgãos públicos. Atualmente, a rede INFOVIA/Brasília interliga 137 pontos localizados em 95 prédios governamentais, proporcionando a integração de mais de setenta órgãos públicos.

“Otimizar os processos administrativos e de contratação de bens, obras e serviços, com impactos positivos sobre a redução de custos e a transparência com vistas ao controle social” traduziu no incentivo do uso obrigatório do pregão eletrônico nas compras governamentais, trazendo economia de mais de R\$ 5,5 bilhões. A evolução dos gastos para compra de bens e contratação de serviços, por meio dessa modalidade licitatória, revelou um crescimento real acumulado de 388%, saltando de R\$ 4,2 bilhões, em 2005, para R\$ 20,5 bilhões, em 2009. Além disso, as ações de desenvolvimento do Portal de Convênios/SICONV foram continuadas, com a revisão e melhoria de diversas funcionalidades e implantação de novos módulos operacionais, atendendo todo ciclo das operações de transferência voluntária e operando de forma integrada a outros sistemas estruturadores do Governo Federal. Em 2009, 80% dos órgãos e instituições estavam com o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens/SCDP em funcionamento, com 965.421 solicitações, representando um aumento de 235% no processamento de solicitações de viagens em relação ao exercício anterior. Os principais benefícios obtidos com o SCDP foram o registro de todas as viagens de forma padronizada e homogênea; aplicação de critérios legais iguais para todos os servidores; redução dos custos reais pela seleção do roteiro mais econômico; acompanhamento de viagens pelos diversos Órgãos de Controle; comparabilidade das tarifas de uso entre as diversas companhias aéreas; entre outros.

No sentido de **“Garantir que o patrimônio da união cumpra sua função sócio-territorial, com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso”** foram desenvolvidas ações com foco específico na destinação dos imóveis da União, segundo os princípios constitucionais da função socioambiental da propriedade e de acordo com a vocação de cada imóvel, com destaque para as ações de regularização fundiária e provisão habitacional. O conjunto das ações de inclusão sócio-territorial atinge mais de 550 mil famílias que vivem em áreas da União graças à aprovação da Lei nº 11.481/2007. Foram regularizados 6.535 imóveis, com titulação iniciada/transferidos diretamente ao beneficiário, titulando 8.666 famílias de baixa renda. Destaca-se a ação de regularização fundiária urbana em Belém/Pa, com o cadastramento de 27 mil famílias e emissão de 6 mil títulos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, garantindo o direito de moradia às famílias ocupantes de terras da União. Na Amazônia Legal, o Programa Terra Legal realizou a 1ª doação de área urbana da União, em Porto Velho/Ro, beneficiando 5 mil famílias. Foram identificados 25 imóveis do INSS disponíveis para alienação cujos contratos de aquisição foram assinados em 2009 e destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida. Na gestão dos portos brasileiros, diversos processos de cessão de uso oneroso, sob o regime de arrendamento, foram analisados, com destaque para os empreendimentos da Petrobrás destinados à implantação do Terminal Aquaviário de Ilha Comprida e instalação de dois dutos submarinos entre a Praia de Mauá e o Terminal Aquaviário de Ilha Rendonda. No Município de Vitória/ES, sete áreas foram destinadas à construção e funcionamento de quiosques no calçadão da Praia de Camburi. Com relação à arrecadação e cobrança das receitas patrimoniais, deu-se continuidade à implementação de uma política de melhoria do atendimento ao cidadão ocupante dos imóveis da União, que incluiu o acesso a serviços por meio da internet, resultando em um incremento nominal na arrecadação de R\$ 437,3 milhões, em 2008, para R\$ 459,23 milhões, em 2009.

Em relação ao objetivo **“Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade demográfica e social no âmbito nacional, regional, estadual, municipal e de localidades e ao exercício da cidadania”**, tem-se alcançado índices significativos no que se refere à produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, com a ampliação do escopo temático investigado, disponibilização da informação em suportes mais flexíveis e adoção de práticas mais ativas na coleta e disseminação de seus produtos, registrando 21.628.211 atendimentos e acessos às informações. Entre as pesquisas realizadas e divulgadas destacam-se: Censo Agropecuário 2006, Pesquisa Espacial de Tabagismo/PETab 2008, a Conta Satélite de Saúde, a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar/PeNSE, o Banco de Dados Digital de Geomorfologia da Amazônia Legal, o 2º volume do Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras, o mapa Fauna Ameaçada de Extinção: Invertebrados Aquáticos e Peixes 2009 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD. Com relação às atividades preparatórias para a realização do Censo Demográfico 2010, merecem destaque a coleta do Censo Experimental de Rio Claro/SP, o processo seletivo simplificado para o preenchimento de 33 mil vagas e o treinamento de mais de 240 mil contratados temporários.



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS

Programa: Informações Estatísticas e Geocientíficas

Objetivo

Elaborar e disseminar informações de natureza estatística e de natureza geocientífica com vistas ao conhecimento da realidade do país.

Público-Alvo

Governo e sociedade.

Execução Do Programa

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 1.127.633.887,00	Empenho Liquidado:	R\$ 977.868.462,35
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 977.868.462,35

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2009	
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração
TAXA DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS - PERCENTAGEM	Não apurado	-	Não apurado	-
Fonte: IBGE				
Medidas corretivas necessárias: O indicador será substituído, por ser inadequado à correta avaliação da divulgação dos trabalhos do IBGE.				
TAXA DE VARIAÇÃO DE DEMANDA POR INFORMAÇÕES ESTATÍSTICA E GEOCIENTÍFICAS - PERCENTAGEM	23	03/04/2000	2,14	01/2010
Fonte: IBGE				
Medidas corretivas necessárias: Embora não conste no SIGPlan a informação referente ao índice previsto para o final do PPA (2011), este é da ordem de 9,65%. A possibilidade de alcance desse índice previsto para 2011 é alta devido ao crescente aumento na demanda por parte do governo e da sociedade por informações estatísticas e geocientíficas. Este indicador deverá ser excluído em 2010, visto que a concepção deste se refere ao crescimento de demanda no ano comparado com o ano anterior e não reflete o crescimento do período do PPA. Novos indicadores estão sendo propostos, que avaliam o desempenho da gestão e que são sistematicamente calculados pelo IBGE.				

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade da sociedade e do governo de conhecer as realidades física, humana, social e econômica do Brasil, por meio de estatísticas sócio-demográficas e econômicas.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2009

Para a ação Pesquisas Conjunturais, o IBGE divulga uma série de resultados que cobrem vários setores. Além das Contas Nacionais Trimestrais, são disponibilizados resultados mensais para o Comércio (Pesquisa Mensal de Comércio – PMC), para a Indústria (Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física – PIMPF) e Pesquisa de Emprego e Salário – PIMES), e, ainda, um conjunto de pesquisas com resultados relativos ao setor Agropecuário, onde se destacam o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), além das Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite, do Couro e da Produção de Ovos de Galinha.

Direcionada ao acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho, o IBGE divulga a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), tendo, em 2009, publicado uma retrospectiva dos resultados, relativa ao período de 2003 a 2008, com os principais destaques da evolução do mercado de trabalho no período.

No que se refere a preços, o IBGE dispõe do Sistema de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), que revela a variação dos preços na economia, e o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), que mostra a produção de custos e índices da construção civil, a partir do levantamento de preços de materiais e salários pagos na construção civil, para o setor habitação.

Para a ação Pesquisas Estruturais da área Econômica, o IBGE desenvolve uma gama de pesquisas contínuas, disponibilizando séries de resultados anuais voltados para os diversos setores da economia, por exemplo: setor Serviços - Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Comércio - Pesquisa Anual do Comércio (PAC); Indústria - Pesquisa Industrial Anual (PIA/Empresa e PIA/Produto), e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC); e o setor da Agropecuária - Pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM); a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM); e a Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS).

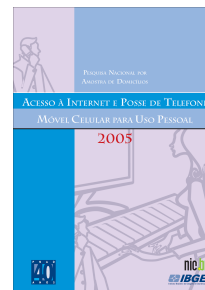
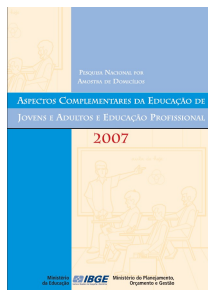
Ademais, no âmbito do Sistema de Contas Nacionais, são divulgadas as Contas Nacionais do Brasil, as Contas Regionais do Brasil e o Produto Interno Bruto dos Municípios contemplando, entre várias outras informações nessa área, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, dos Estados e Municípios.

Nas Pesquisas Estruturais Sociodemográficas, além da publicação anual dos resultados da Pesquisa do Registro Civil e do volume Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, destaca-se, a cada ano a divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

No contexto de disseminação de informações da PNAD, além dos resultados do corpo básico da PNAD 2008, foram divulgados, também, os resultados de três suplementos a seguir relacionados:

- Suplemento “Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional – 2007”: resultante de convênio com o Ministério da Educação, apresenta os resultados da investigação realizada sobre as características da educação de jovens e adultos para os moradores de quinze anos ou mais de idade e a educação profissional para os moradores de dez anos ou mais de idade, complementando os indicadores tradicionalmente pesquisados e ampliando a disponibilidade de informações sobre educação.
- Suplemento “Pesquisa Especial de Tabagismo – PETab 2008”: registra um panorama inédito e detalhado do uso de produtos derivados do tabaco no Brasil. A pesquisa está sendo realizada em catorze países com a condução da Organização Mundial de Saúde e do *Centers of Disease Control and Prevention*. Para a realização dessa investigação no âmbito da PNAD 2008, no Brasil, foi constituída parceria entre o IBGE e o Ministério da Saúde, por meio do Instituto Nacional do Câncer, da Secretaria de Vigilância em Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

- Suplemento “Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal”: divulga informações que ampliam o conhecimento de aspectos das tecnologias da informação e das comunicações relacionadas com o seu uso pelas pessoas.



No que diz respeito às Análises Geográficas e Ambientais, houve a divulgação do Banco de Dados Digital de Geomorfologia da Amazônia Legal que se juntam às informações de vegetação, disponibilizadas pelo IBGE em 2008. O Banco de Dados disponibiliza gratuitamente, via Internet, informações sobre os tipos de relevo encontrados na região, compatíveis com a escala de 1:250.000, com recortes regionais e estaduais.

Lançamento da publicação Vetores Estruturantes da Dimensão Socioeconômica da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2009, que traz algumas revelações e faz um diagnóstico socioeconômico da Bacia do São Francisco. Lançamento da publicação Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras - Volume 2 - Sertões Brasileiros I. A publicação dos volumes da série tem por objetivo identificar e representar, através de mapas em diferentes escalas, fotos e imagens de sensores remotos, regiões brasileiras que constituíram elemento marcante da trama de algumas das grandes obras da literatura nacional, construindo, dessa forma, um mapeamento onde a identidade é o elemento central para individualização dos diferentes segmentos territoriais que compõem o quadro nacional.

Com relação ao Sistema Geodésico Brasileiro, foi disponibilizado por meio do sitio do IBGE, do Posicionamento por Ponto Preciso - PPP, um serviço on-line gratuito que processa dados gerados por GPS (*Global Positioning System*), para obter a latitude, longitude e altitude de pontos no território brasileiro. Com este serviço, os usuários de equipamentos GPS topográficos e geodésicos podem obter coordenadas, de alta precisão, no Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000), sistema de referência oficialmente em uso no Brasil, sem custo e sem necessidade de comprar um software para processamento dos dados.

Divulgação do serviço gratuito RBMC-IP (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS – Sistemas Globais de Navegação por Satélite), que permite a obtenção, em tempo real, de coordenadas (latitude, longitude e altitude) de melhor qualidade por usuários de equipamentos de GPS que possuam acesso à internet sem fio.

Ressalta-se a pesquisa “Implicações do uso do conceito de Aglomerados Subnormais nas operações censitárias do IBGE”, que objetiva estabelecer, para o Censo 2010, uma tipologia para identificar e delimitar os aglomerados subnormais. Dentre as etapas previstas do projeto, foram concluídas o mapeamento das áreas de aglomerados subnormais já identificadas em pesquisas anteriores pela Base Operacional; a identificação de áreas para investigação por meio de imagens de satélite para definição da condição de aglomerado subnormal; a aplicação do Levantamento das Informações Territoriais - LIT em todos os setores identificados como passíveis de inclusão como aglomerado subnormal pela base territorial. A classificação dos setores segundo tipos definidos está prevista para 2010 e 2011.



Figura 5: Projeto Implicações do uso do conceito de Aglomerados Subnormais nas operações censitárias do IBGE pesquisa de campo em Laranjal do Jari no Amapá

No que tange ao Mapeamento Terrestre de Referência, foram adotadas inovações na Base Territorial para o Censo 2010, que integrará os mapas urbanos e rurais e dividirá o país em cerca de 280 mil setores censitários. Além disso, a migração da Base Territorial e do Cadastro de Endereços para um ambiente gráfico estruturado em bancos de dados geospaciais, que será incluído no computador de mão, irá melhor orientar o recenseador no percurso que deverá fazer durante o seu trabalho de campo.

Lançamento da versão 3.01 da Base Cartográfica Vetorial Contínua ao Milionésimo (BCIM), uma base de dados que reúne, em meio digital, elementos cartográficos extraídos das folhas da Carta Internacional do Mundo ao milionésimo, de forma estruturada e atualizada.

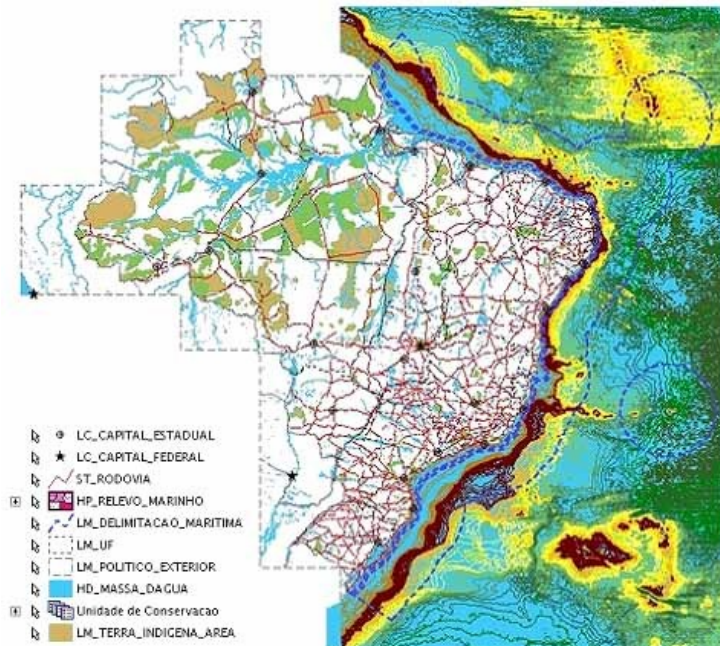


Figura 9: Base Cartográfica Vetorial Contínua ao Milionésimo (BCIM)

Foram produzidos 24 mapas políticos, sendo que o mapa do Distrito Federal está contido no mapa de Goiás, os estados de Sergipe e Alagoas foram elaborados em um único mapa, assim como o Rio de Janeiro e Espírito Santo. Além disso, foram produzidos cinco mapas políticos de cada Grande Região do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Tais mapas representam o espaço territorial e abordam os temas político e físico.

O Plano de Ação para a Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), atendendo ao Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, foi elaborado para efetivar a implantação e manutenção da INDE, que visa, facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal.

Em 2009, também ocorreu o redimensionamento da rede multisserviços de telecomunicações do IBGE, cuja infraestrutura está sendo preparada para atender tecnicamente as reais necessidades multisserviços da instituição, que será composta por equipamentos de última geração, com a velocidade máxima de 50 Mbps, em 2009, e de 100 Mbps, em 2010.

Programa: Inclusão Digital

Objetivo

Promover a consolidação de uma Sociedade do Conhecimento inclusiva, orientada ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico.

Público-Alvo

Comunidades e segmentos cuja situação imponha dificuldade de participação na Sociedade do Conhecimento.

Execução Do Programa

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 230.199.128,00	Empenho Liquidado:	*R\$ 40.718.525,77
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 40.718.525,77
* No âmbito do MP, o Programa teve execução satisfatória, mas as ações sob responsabilidade de outros Ministérios apresentaram baixo desempenho.		

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2009	
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração
TAXA DE ACESSO INDIVIDUAL À INTERNET NOS ÚLTIMOS 3 MESES - %	27,82	07/01/2006	39	10/2009
Fonte: Pesquisa TIC Domicílios e Usuários/ Conselho Gestor da Internet Brasil - CGI.Br				
Medidas corretivas necessárias: Desde 2008, o Comitê Gestor da Internet Brasil (CGI.Br) deixou de disponibilizar o dado ao qual o indicador se refere com precisão decimal. Também passou a incorporar amostragem referente à área rural, em substituição à extrapolação de dados baseada na PNAD.				

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cada vez mais no país a estratificação social e o acúmulo de riqueza dão-se em função da capacidade de acessar e processar conhecimento. A inserção brasileira na sociedade do conhecimento não ocorre de forma linear nem igualitária. Princípios fundamentais como justiça social, igualdade de oportunidades e a própria democracia passam a ser influenciados pelo acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação. Afinal estas são o principal meio de adquirir, interpretar, expressar, produzir e organizar o conhecimento, colocando-o a serviço de interesses e necessidades. Por isso este tema é central para o desenvolvimento do país e da sociedade. O acesso cotidiano às redes, equipamentos e o domínio das habilidades relacionadas às tecnologias de informação e comunicação é requisito indispensável à integração social, atividade econômica e fortalecimento da cidadania. A atuação dos governos em parceria com a sociedade na promoção da inclusão digital é componente que se insere no esforço nacional em direção à inclusão social, à garantia dos direitos de cidadania e ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico. A despeito do dinamismo alcançado pela disseminação das tecnologias de informação e comunicação no país, o número de usuários de Internet no Brasil é estimado em cerca de 32 milhões de pessoas, ainda bastante concentrado nos segmentos de alta renda. Dessa forma, a exclusão digital se combina com a herança persistente da desigualdade sócio-econômica, exigindo ações integradas de amplo alcance voltadas para a cidadania.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2009

Instituição do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas comunidades - Telecentros.br: Decreto Nº 6.991, de 27 de outubro de 2009, que determina a estrutura de coordenação (colegiado composto por representantes dos Ministérios das Comunicações, da Ciência e Tecnologia e do Planejamento, cada qual responsável por uma parte das ofertas do Programa aos telecentros), as responsabilidades entre os atores envolvidos, e as ofertas do Programa: equipamentos de informática, conectividade à internet, formação para agentes de inclusão digital e bolsas para jovens monitores. Assinada Portaria MP/MCT/MC Nº 535/2009, contendo as regras de funcionamento e operacionalização do Programa Telecentros.BR. Os instrumentos foram precedidos de audiência pública e de consulta pública sobre suas diretrizes. O Programa realizará seleção pública de parcerias para apoio a aproximadamente 8 mil telecentros, entre novos e em funcionamento.

No âmbito do Projeto Computadores para Inclusão - Projeto CI, houve a inauguração de mais um Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC) em Recife (PE), agregando-se a outros quatro mantidos pelo projeto (Porto Alegre, Guarulhos/SP, Belo Horizonte/MG e Brasília/Gama, este último com atividades apenas parciais durante 2009). No total, o Projeto passou a contar com cinco CRCs em funcionamento e possui outros dois em implantação, nas cidades de Belém (PA) e Lauro de Freitas (BA). Ao longo de 2009, os centros receberam 20.375 computadores usados para recondicionamento, além de monitores de vídeo, impressoras, periféricos, partes e peças em desuso. Os computadores foram recuperados por 455 jovens em formação profissionalizante, e 3.645 computadores recondicionados foram doados a escolas públicas, bibliotecas, telecentros e outros projetos de inclusão digital de todo o país, selecionados pela Coordenação Nacional do Projeto CI.

Inauguração do CRC-Recife - Projeto Computadores para Inclusão



Na ação Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID), foi feita a sistematização dos cadastros de 6,5 mil unidades de telecentros de todo o país, para garantir a qualidade dos dados. O cadastro também passou a aceitar o registro de centros de inclusão digital sem conexão à Internet. Os registros de unidades cadastradas serão utilizados nos procedimentos de inscrição de propostas para apoio pelo Programa Telecentros.BR. O cadastro também incorporou novos campos para permitir a avaliação e monitoramento das unidades junto ao Programa. Entre eles, foi adicionada listagem de políticas federais prioritárias, de modo a estimular a integração entre estas e as ações de inclusão digital. No âmbito desta ação, também foi concebida a Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital, que será responsável pela oferta do curso de formação de monitores do Programa Telecentros.BR.

Realização da 8ª Oficina para Inclusão Digital, evento anual de discussão da política pública da temática. A edição de 2009 contou com 1.886 inscritos e 1.219 participantes credenciados que participaram de 40 atividades entre casos de sucesso, palestras, oficinas práticas e debates. A Carta de Belo Horizonte, elaborada pelos representantes presentes da sociedade civil ao evento, trouxe um balanço positivo da política pública de inclusão digital em relação aos pontos levantados nos documentos anteriores, além de propostas e reivindicações. Veículos da imprensa especializada, portais de notícias e sítios governamentais noticiaram o evento, totalizando mais de 37 mil registros sobre a 8ª Oficina na Internet. A Oficina viabilizou, dentre outras, atividades de recondicionamento de computadores, robótica livre, captação e produção de áudio, elaboração de projetos comunitários, cooperativas tecnológicas e instalação do CACIC – configurador automático e coletor de informações computacionais.



Programa: Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

Objetivo

Melhorar a capacidade de atendimento aos clientes e facilitar à população o acesso ao crédito e aos serviços bancários.

Público-Alvo

Clientela, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União, viabilizados por intermédio da rede bancária das instituições financeiras federais.

Execução Do Programa

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 1.459.356.292	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R\$ 987.793.373,00
	Total:	R\$ 987.793.373,00

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2009	
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração
TAXA DE VARIAÇÃO DAS TRANSAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS - %	0	-	0	-
Fonte: Bancos Federais				
Medidas corretivas necessárias: Modificar, conforme já proposto na avaliação do programa em 2009 (relativa ao exercício de 2008), o nome do indicador do programa para "Índice de Representatividade das Transações em Canais não Convencionais", com a fixação da meta de 92,11%, para 2011, sob o entendimento de que o aumento das transações em canais não convencionais evidencia a modernização na capacidade de atendimento aos clientes e ampliação de acesso aos serviços bancários. Além do mais, o indicador reflete de forma adequada o grau de automação das instituições financeiras oficiais e capta a importância da expansão da rede para o aumento da base de clientes. Assim o índice de 92,11% representa meta desafiadora para o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste do Brasil; para o Banco do Brasil e para a Caixa, um índice a ser mantido. Isso não obstante, não se descarta a possibilidade de fixação de outro indicador para o Programa, em momento oportuno.				

CONTEXTUALIZAÇÃO

O crescente aumento das exigências dos clientes e do mercado torna imprescindível a ampliação e modernização das instituições financeiras oficiais a fim de lhes permitir competir em igualdade de condições com as empresas privadas e atender as demandas dos clientes.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2009

Na instalação de pontos de atendimento bancário o Banco do Brasil S.A. priorizou estruturas de menor porte, de instalação mais ágil, tais como postos de atendimento bancário e postos de atendimento eletrônicos, para viabilizar o atendimento, dar apoio ao crescimento da base de clientes e garantir a fidelização e a rentabilização dos clientes. Os novos pontos de atendimento permitiram a disponibilização de pontos próximos a clientes de localidades menos assistidas, a disseminação do crédito em regiões carentes de serviços bancários e proporcionaram maior conforto e comodidade no atendimento a seus clientes e à população. A instituição inaugurou 654 novos pontos de atendimento varejo, sendo 39 novas agências varejo, 26 novas agências Estilo e 589 postos de atendimento. Adquiriu 1.488 terminais de auto-atendimento para expansão da rede de atendimento varejo no país, viabilizando a instalação de salas de auto-atendimento e de pontos de atendimento eletrônicos, para garantir maior oferta automatizada de produtos e serviços, atender a expansão da base de beneficiários de serviços públicos e aumentar a disponibilidade de horário de atendimento. Comprou 2.472 equipamentos de processamento de dados, dentre servidores, microcomputadores e impressoras, para o funcionamento das novas agências.

A Caixa Econômica Federal (CAIXA) inaugurou 47 unidades de atendimento à clientela, no decorrer de 2009, e promoveu a modernização de unidades existentes, o que correspondeu a um acréscimo de 1,2% da rede CAIXA. Dessas, 23% foram abertas em municípios desassistidos de Unidades CAIXA, levando às populações mais uma opção de atendimento, tanto dos serviços financeiros, como dos serviços delegados do Governo Federal (FGTS, PIS, Seguro Desemprego, Bolsas). As unidades abertas em grandes centros urbanos tiveram o objetivo de incrementar negócios, principalmente com a realização de convênios de folha de pagamento, como também ampliar a rede de atendimento dos serviços delegados.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) instalou duas agências (Estado da Bahia), das quatro inicialmente previstas. Os investimentos previstos para instalação de três agências nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Minas Gerais, em 2009, somente serão efetivados ao longo de 2010, haja vista os atrasos no cronograma de execução de obras.

O Banco da Amazônia S/A adotou a estratégia de alugar imóveis, para a instalação de novos pontos de atendimento, mediante contratos de parcerias com investidores, em que estes ficam responsáveis pelos investimentos para construção do imóvel e o Banco se compromete a alugá-los por um determinado período de tempo. O Banco informou ter iniciado a instalação de cinco novos pontos de atendimento e concluiu as obras de duas unidades.

Quanto à manutenção da infraestrutura de atendimento, o Banco do Brasil S.A. inaugurou 186 obras de grande porte de reforma, ampliação e realocação de dependências, para garantir o funcionamento e a operacionalidade da rede de atendimento varejo no país e a melhoria na satisfação dos clientes, bem como proporcionar qualidade no atendimento e na ambiência das dependências. Realizou reformas de pequeno vulto, para ajuste nos *layouts* de pontos de atendimento da rede de atendimento existente, adequação mínima para integração da rede incorporada (BEP, BESC e BNC), melhoria da sinalização externa e interna do Banco do Brasil, aquisição de mobiliário para utilização pelos clientes nas agências, em respeito à Lei de Fila, bem como para garantir segurança nos ambientes de auto-atendimento. Para modernização do parque tecnológico da Rede de Atendimento do Banco, foram adquiridos 9.571 terminais de auto-atendimento, 22.600 microcomputadores, 814 servidores e 3.748 impressoras e 46.500 equipamentos de caixa. Além disso, foram adquiridos 3.487 equipamentos, para gestão do atendimento ao cliente, dentre terminais dispensadores de senhas e terminais de chamada de clientes, com o objetivo de melhorar o atendimento e dar maior conforto ao público das agências, bem como para atender às Legislações Municipais/Estaduais. Adquiriu 714 microcomputadores para modernização de equipamentos de teleatendimento das Centrais de Atendimento do Banco do Brasil, bem como 1.400 itens de mobiliário, para atender a normativos legais, visando contribuir para a melhoria ergonômica dos postos de atendimento e garantir a satisfação dos atendentes. Esses eventos proporcionaram melhora na qualidade do atendimento e na ambiência para clientes, colaboradores e satisfação ao consumidor bancário, favorecendo a aproximação do Banco do Brasil aos clientes ligados às áreas de produção e comércio.

A CAIXA promoveu a modernização de unidades com o objetivo de atender ao Termo de Ajuste de Conduta, no que diz respeito à acessibilidade, adequações de *layout* ou reformas para melhoria do ambiente para empregados e para clientes. Os investimentos contribuíram para o incremento de resultados da CAIXA em 7% da sua margem financeira bruta, bem como para o incremento dos pagamentos dos serviços delegados em 10% para Bolsas, 18% para Seguro Desemprego e 19% para FGTS.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. contemplou catorze agências com ações de modernização. Foram realizadas intervenções relacionadas à acessibilidade em todos os pontos de atendimento do BNB, haja vista a adesão do Banco ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com relação à acessibilidade.

O Banco da Amazônia S/A reforçou a infraestrutura física, com reforma de pontos de atendimento, para adequar o espaço físico de 33 desses pontos, com sistema de climatização, mobiliários e equipamento de segurança modernos. Os investimentos realizados nesse projeto totalizaram R\$ 506 mil ou 4,11% do orçamento previsto, tendo sido concluída a reforma e ampliação de subestações de energia elétrica; modernização, mediante substituição de equipamentos e mobiliários depreciados ou em desuso, com o objetivo de assegurar a qualidade na execução das atividades desenvolvidas pelos funcionários.

Relatório Anual de Avaliação

Programa: Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Objetivo

destinando-os de acordo com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso, de garantia da inclusão sócio-territorial e de apoio ao desenvolvimento local sustentável.

Público-Alvo

Órgãos e entidades da administração pública e a sociedade em geral, priorizando famílias com renda até cinco salários mínimos e comunidades tradicionais (ribeirinhas, varzenteiras e quilombolas).

Execução Do Programa

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 58.532.030,00	Empenho Liquidado:	*R\$ 27.512.897,46
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 27.512.897,46
<small>* O Programa apresentou baixo desempenho financeiro, mas foi inscrita em RAP, em 2010, a quantia de R\$ 21,8 milhões, cuja execução foi de R\$ 8,5 milhões, elevando o valor do empenho liquidado de 2009 para cerca de R\$ 36 milhões.</small>		

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2009	
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração
NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS ANUALMENTE EM AÇÕES DE INCLUSÃO SÓCIO-TERRITORIAL - UNIDADE	132.770	30/09/2006	32.397	04/2009
Fonte: Secretaria de Patrimônio da União - SPU				
Medidas corretivas necessárias: Não há, aparentemente, relacionamento entre o índice de referência e o previsto para o final do PPA, o que não permite o preenchimento correto da coluna "possibilidade de alcance do índice previsto para 2011". Ademais o indicador não representa o conjunto das ações que compõem o Programa. Sugerimos revisão do indicador, definição clara do produto do Programa, revisão dos índices e metas, de forma a refletir adequadamente os elementos do Programa e permitir projeção adequada de realização.				
TAXA DE CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO PATRIMONIAL - %	100	31/12/2006	175,54	04/2009
Fonte: -				
Medidas corretivas necessárias: -				

CONTEXTUALIZAÇÃO

O desafio de gerir o patrimônio imobiliário da União é proporcional à sua diversidade, tanto do ponto de vista da quantidade quanto da qualidade. Em ambas as dimensões, ainda é flagrante a necessidade de revitalização da capacidade do Estado para conhecer e zelar pelos imóveis da União, revertendo um longo processo histórico de perda de controle. Grande parte do patrimônio imobiliário da União é composta de áreas frágeis ou sensíveis, social e ambientalmente, muitas das quais ainda desconhecidas, ocupadas ou utilizadas irregularmente. Como consequências negativas, citam-se o agravamento dos níveis de deterioração e depredação do patrimônio público; a perda de arrecadação; o incentivo à ilegalidade do uso etc. O Programa visa, portanto, reverter esse cenário de perda da capacidade institucional de gestão do patrimônio da União, inspirado pelos seguintes fundamentos: garantia da função socioambiental da propriedade; racionalização e eficiência do uso dos imóveis da União; segmentação por vocação do imóvel; destinação do patrimônio para programas e projetos orientados para a consolidação da cidadania etc. Para potencializar a capacidade de resposta ao conjunto de demandas que justificam o Programa é preciso consolidar o modelo de gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da União interna e externamente, reforçando os laços federativos e estreitando a relação Estado e sociedade. A institucionalização de espaços e instrumentos de compartilhamento da gestão é o que confere efetividade ao Programa, minimizando os impactos do cenário acima descrito.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2009

Foram regularizados 6.535 imóveis, com titulação iniciada no período ou transferidos diretamente ao beneficiário final, família de baixa renda, no âmbito da Regularização Fundiária Urbana, titulando 8.666 famílias.

Foram tituladas 202 famílias em três imóveis da União, já regularizados, e realizada a primeira Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de imóvel construído: Edifício Chiquinha Gonzaga, na Cidade do Rio de Janeiro. De propriedade do Incra, que o cedeu à SPU, que a transferiu por CDRU ao Estado do Rio de Janeiro, que providenciará a regularização fundiária das 66 famílias ocupantes do imóvel (Portaria MP nº 233, de 06/08/2009).

Tituladas 221 famílias em imóvel cedido ao Município de Guarapuava/PR, Portaria MP nº 154, de 18/06/2009, cessão sob regime de CDRU que prevê a Regularização Fundiária de 477 famílias.

Para provisão habitacional, foram transferidos oito imóveis, totalizando 730 mil m², beneficiando aproximadamente 1.124 famílias e transferidos quatro imóveis ao Incra, com área total de 106 milhões m², beneficiando cerca de 355 famílias, nos municípios de Arame/MA, Cruz do Espírito Santo/PB, Canoinhas/SC e RA Sobradinho/DF.

No âmbito do Projeto Nossa Várzea, destacou-se a entrega de 13.549 Termos de Autorização de Uso às famílias ribeirinhas em dezenove municípios dos Estados do Amapá e Pará.

Em Rondônia, ocorreu a primeira doação de área urbana da União (465 hectares) ao Município de Porto Velho, beneficiando 5 mil famílias, por meio do Programa Terra Legal.

Foram publicadas Portarias de Declaração de Interesse do Serviço Público, sendo: 45 áreas selecionadas pelos Grupos de Trabalho Estaduais - GTEs nos estados de SP, MG e PR, foram declaradas de interesse do serviço público para habitação de interesse social e serão destinadas no âmbito do Apoio a Produção Social da Moradia e 33 áreas declaradas de interesse do serviço para regularização fundiária de interesse social de 2.898 famílias. Destaque para a SPU/PA, que declarou de interesse do serviço público, área de 23.918,21 m², com a finalidade de garantir o direito fundamental à moradia dos atuais ocupantes das áreas Vila Santos, Vila Elaine, Vila Santa Rita, Vila Lúcia, Vila Sózinho, Vila Gigi, Vila Passarinho, Vila Valério, Av. Bernardo Sayão, Rua Osvaldo de Caldas Brito, Passagem Beira Mar (localizadas na Av. Bernardo Sayão), bairro do Jurunas – Município de Belém, através de Concessão de Uso Especial para fins de Mora-

dia (CUEM), em caráter coletivo, assegurando o justo remanejamento dos mesmos para outra área adequada, a ser disponibilizada pelo Município de Belém, que está promovendo intervenções físicas na área ocupada no âmbito da implantação do projeto Portal da Amazônia, em execução também nas áreas limdeiras ao Projeto.

Foi feita a primeira doação de imóvel da União à entidade privada sem fins lucrativos, União das Lutas de Cortiços - ULC: Av. Ipiranga, 1225 / 1235, na Cidade de São Paulo, Portaria MP nº 276, 18/12/2009, 126 famílias.

Foram destinados duzentos e sessenta e cinco imóveis, sendo: cinquenta e três imóveis com Aforamento Gratuito, três imóveis com Aforamento Oneroso, setenta e seis imóveis com Cessão de Uso Gratuito, dois imóveis com Cessão de Uso Onerosa, nove imóveis Alienados, sete imóveis funcionais alienados judicialmente, trinta imóveis Doados, sete imóveis Entregues a Administração Pública Federal Direta, trinta e nove imóveis Outorgados a Servidores Públicos Federais, três imóveis Permutados e onze imóveis revertidos.

Foi realizado um Auto de Demarcação para fins de regularização fundiária de interesse social na área do Projeto Porto do Capim com uma área de 29.462,21 m², localizado no bairro Varadouro em João Pessoa - PB. Encontra-se em andamento o processo de finalização da demarcação de Linhas de Preamar Média (LPM) nos municípios de Cabedelo, Bayeux e João Pessoa (PB), visando à regularização fundiária das comunidades de Casa Branca e Vila São Paulo, em Bayeux, e das margens do rio Jaguaribe, nas áreas denominadas Padre Zé e Chatuba I, II e III, nas quais a ocupação é ao mesmo tempo intensa e desordenada. Com o mesmo propósito, está-se aguardando homologação da demarcação da LPM do trecho referente ao Projeto Rio Anil (MA) - maior investimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em provisão habitacional e regularização fundiária em área da União.

Foi feita cessão de uso gratuito à Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais - HEMOMINAS de imóvel com área de 3.634,14m², situado na Rua Coronel Joaquim Roberto Duarte, 534, Bairro Nossa Senhora Aparecida, no Município de Pouso Alegre/MG, com o objetivo de construção da sede do Hemocentro Regional. Apesar da autorização da cessão constar da Portaria nº 46, de 9 de fevereiro de 2010, publicada em 10 de fevereiro de 2010, a instrução e análise do processo ocorreu no exercício de 2009, perpassando os obstáculos ocorridos durante a tramitação.

Foi cedido, de uso oneroso, sob regime de arrendamento, à Petrobrás, espaço físico em águas públicas, de domínio da União, com a área de 79.200,15m², Baía de Guanabara, Estado do Rio de Janeiro, para a implantação do Terminal Flexível de Gás Natural Liquefeito (GNL) Marítimo. Foi realizada, ainda, cessão de uso onerosa, sob o regime de arrendamento, à Petrobrás, do espaço físico em águas públicas de domínio da União, com área total de 57.473,23m², localizado na Baía de Guanabara, Estado do Rio de Janeiro, destinado à implantação do Terminal Aquaviário de Ilha Comprida e à instalação de dois dutos submarinos entre a Praia de Mauá e o Terminal Aquaviário de Ilha Rendonda. A retribuição pecuniária mensal à União é de R\$ 133.333,33, totalizando o montante de R\$ 1.600.000,00 ao ano.

Foi feita cessão de uso, em condições especiais, à Petrobrás, de imóveis de domínio da União com área total de 103.361,15m², caracterizados como terrenos de marinha, terrenos marginais e espaços físicos em águas públicas: I - trecho de espaço físico em águas públicas, com área de 35.114,95m², e II - trecho de terreno de marinha com área de 11.042,45m², ambos localizados no Porto Organizado de Barra do Riacho, Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo; e III - trecho de terreno de marinha e espaço físico em águas públicas com área de 3.766,45m², no Rio Monsarás, no lugar denominado Povoação, Município de Linhares, Estado do Espírito Santo. Os imóveis são destinados à implantação do Terminal Aquaviário de Barra do Riacho e Dutos de interligação Cacimbas. A retribuição pecuniária mensal à União é no valor de R\$ 137.500,00, totalizando o montante anual de R\$ 1.650.000,00.

Cessão, também, de uso onerosa, sob o regime de arrendamento, ao Município de Armação dos Búzios/RJ, do Cais Público da Praia do Canto, Município de Armação dos Búzios, no Estado do Rio de Janeiro. O cais, construído na década de cinquenta em área de domínio da União, ocupa 625,00m², sendo 544,00m² no espaço físico em águas públicas e 81,00m² na faixa de areia. O município vinha recolhendo taxa de uso de cada um dos mais de 100.000 passageiros que utilizam aquele logradouro público, anualmente, sem repassar qualquer importância a União. Com a regularização dessa situação pela Portaria nº 10, de 8 de janeiro de 2010, em que se autorizou a cessão de uso onerosa, sob o regime de arrendamento, a retribuição pecuniária mensal para a União será no valor de R\$ 25.666,67, totalizando o montante de R\$308.000,00 ao ano. Apesar da publicação da Portaria ter ocorrido em 2010, toda a tramitação do processo na SPU ocorreu no exercício de 2009.

Cessão, ainda, de uso onerosa, sob o regime de arrendamento, ao Município de Vitória/ES, de sete áreas com o total de 1.893,39m², destinadas à construção e funcionamento de quiosques no calçadão da Praia de Camburi, no município de Vitória, Estado do Espírito Santo. A retribuição pecuniária à União soma o valor mensal de R\$ 45.458,33, totalizando o montante de R\$ 545.499,96 ao ano.

Foi realizada doação com encargo ao Estado do Acre, de imóvel de domínio da União com área de 358.124,73m², com acessórios edificados com 32.493,18m², localizado na Via Chico Mendes, Rodovia AC 340, lote nº 59, no antigo Aeroporto Internacional de Rio Branco - AC, para implantação do Centro Olímpico e Estádio de Futebol na capital daquele Estado. O imóvel estava sob a jurisdição do Comando da Aeronáutica 3 VII (COMAR), porém, sem utilização. A doação ocorreu por determinação do Tribunal de Contas da União, conforme Acórdãos nos 1.474/2005, 2.152/2008 e 2.012/2009.

Houve, ainda, o cadastramento de 56.474 famílias no Brasil (28.501 famílias no meio urbano e 27.973 famílias ribeirinhas).

Foi constituído grupo de trabalho, no âmbito do Ministério das Cidades, composto pela Casa Civil, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Ministério das Cidades, CAIXA, Secretaria de Patrimônio da União/MP e representações dos quatro Movimentos Nacionais de Luta pela Moradia: União Nacional de Luta por Moradia Popular (UNMP), Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e Central de Movimentos Populares (CMP), em apoio à promoção do direito à moradia, com a aquisição de imóveis do INSS, disponíveis para alienação. Foram identificados 25 imóveis prioritários, e, para 2010, serão empregados recursos na compra de outros 42 imóveis. Os contratos para aquisição desses imóveis foram assinados em dezembro de 2009.

Houve incremento nominal na arrecadação: R\$ 437,3 milhões, em 2008 (5,54% acima da meta estabelecida, de R\$ 418,3 milhões), e R\$ 459,23 milhões, em 2009 (5,01% acima da meta estabelecida, de R\$ 437,0 milhões), devido à continuidade da implementação de uma política com foco na melhoria do atendimento ao cidadão ocupante dos imóveis da União, que, dentre outras ações, incluiu o acesso a serviços por meio da internet, causando, de imediato, aumento no número de registro das transações de transferência de utilização, com impacto direto na arrecadação de receitas patrimoniais.



Família beneficiada pelo Projeto Nossa Várzea-Pará

